

## CONCLUSÕES

Na publicação *Um futuro sem Trabalho Infantil* (2002), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresenta o Relatório Global da situação do trabalho infantil em nível mundial. Ali é analisada a conjuntura atual do fenômeno social que, nas últimas décadas do século XX, causou vergonha e indignação em muitos países do mundo. O ano de 2002 completou uma década de esforços concentrados por parte da OIT a partir de seu Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), que foi lançado inicialmente em seis países, entre eles o Brasil, e que teve uma expansão considerável, ao se encontrar implantado hoje em 75 países do mundo.

O cenário mundial apresentado pelo Relatório Global mostra como as intervenções da OIT, por meio do IPEC, nas mais variadas regiões do mundo, impactaram de forma significativa, tanto qualitativa como quantitativamente, o fenômeno do trabalho infantil em todas as suas formas. Algumas das suas conclusões interessam aqui dada a relativa simetria entre a situação global e a situação do Brasil no mesmo período de tempo.

Em 1988, a OIT incluiu o tema da efetiva abolição do trabalho infantil na Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho. Tal procedimento tentava responder às crescentes denúncias sobre o incremento quantitativo da presença de crianças e adolescentes em locais de trabalho, sem remuneração adequada, sem segurança, sem direito à educação, à saúde, ao lazer, bem como ao fortalecimento de fenômenos aberrantes como o trabalho escravo, o tráfico de drogas, a exploração sexual infantil e o trabalho doméstico, entre outras. No final dos anos oitenta, milhões de crianças espalharam-se pelas ruas das crescentes cidades do terceiro mundo e colocaram em evidência o nível crítico em que toda essa problemática se encontrava.

Embora o trabalho infantil tenha sido uma preocupação histórica da OIT, que já desde 1919 tinha adotado a Convenção nº 5 sobre a idade mínima de acesso ao trabalho, urgia estabelecer estruturas institucionais que enfrentassem, desde o próprio âmbito da OIT, o trabalho infantil em todas as suas formas. O IPEC veio, no início da década dos anos 90, para preencher essa lacuna.

No início da década de 1980, contava-se com cerca de 145 milhões de crianças trabalhando no mundo, cuja tendência foi a de aumentar rapidamente, ultrapassando os 170 milhões no ano de 1990 e chegando à alarmante cifra de 246 milhões de crianças trabalhadoras no ano 2000. O Relatório Global indica que, no ano 2000, a porcentagem de crianças aprisionadas nas piores formas de trabalho infantil chegou a 73% do total de crianças trabalhando. Algumas fontes indicam, no mesmo Relatório, a possibilidade de existência de assustadores 352 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos de idade, trabalhando em 2002.

O Relatório Global alerta sobre a dificuldade de coletar informações de caráter quantitativo preciso nos mais diversos países onde o IPEC atua. Em geral, não existiam e ainda não existem estruturas de coleta de dados realmente



organizadas que permitam estabelecer diagnósticos mais precisos com os quais realizar planos e programas de ação melhor dimensionados. Contudo, tais cifras demonstram que, apesar do crescente comprometimento de governos e organismos internacionais, de organizações de trabalhadores e de empregadores no mundo todo, o problema do trabalho infantil persiste de maneira cada vez mais alarmante.

No Brasil, tal como se observou nos textos apresentados no presente livro, o problema do trabalho infantil esteve atrelado a dinâmicas diferenciadas segundo a década e tipo de análise, quantitativa ou qualitativa.

A dinâmica da década de oitenta no país foi de evidente crescimento de todas as formas de trabalho infantil, acompanhando assim as características do problema em nível global. A tendência da população economicamente ativa da faixa etária entre 10 e 17 anos de idade foi aumentar passando de 6.9 milhões em 1981 para 8.8 milhões em 1992. A cifra aumenta em quase 20% se somados os membros da faixa entre os 5 e 9 anos de idade, isto é, quase 12 milhões. A partir deste ano até o ano 2002, a tendência quantitativa no Brasil é a decrescente. Os dados da PNAD de 2001 demonstram claramente um decrescimento do número de crianças trabalhando no Brasil, que nesse ano somava 5.4 milhões de crianças, dos quais 4.4 milhões trabalhavam e estudavam, enquanto pouco mais de um milhão somente trabalhava.

As experiências relatadas demonstram como a diminuição do número de crianças obedeceu a fatores que, inicialmente, estavam fora do foco estratégico dos empreendimentos de combate ao trabalho infantil. Esses fatores só ficaram claros na medida em que os esforços realizados adquiriam relevâncias diferentes dependendo das regiões, do tipo de projeto, da capacidade de penetração nas instituições públicas e privadas, e da possibilidade de diálogo com as fontes demandantes de trabalho infantil e com os próprios trabalhadores.

Em outras palavras, a diminuição de caráter quantitativo do número de crianças trabalhadoras na década de 1992 a 2002 dependeu da visibilidade dessas crianças e dos seus empregadores, e portanto, da relativa transparência com que se dava o fenômeno. Isso sugere que o tipo de trabalho que estas crianças realizavam era tido como algo “natural”, “normal” e inclusive “benéfico” para elas e suas famílias. Assim, não havia motivo para esconder-se, ocultar-se.

Tal condição permitiu, relativamente, o acesso rápido das organizações que durante esses anos se engajaram na luta pela erradicação do trabalho infantil e o logro de resultados importantes no sentido de desvincular as crianças e adolescentes do trabalho e em muitos casos vinculá-los a novos ambientes onde outros processos poderiam ser vividos pelas crianças, como os de educação, recreação, etc.

O mesmo não foi possível nos locais onde trabalhadores e empregadores agiram de maneira oculta, subterrânea ou invisível. Aqui o problema é de caráter qualitativo e, em geral, trata das piores formas de trabalho infantil: exploração sexual comercial, tráfico de crianças, tráfico de drogas, escravagismo, contrabando e trabalho doméstico. Estas modalidades de trabalho podem ser denominadas o núcleo duro do problema do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

Vários são os fatores que intervêm no grau de dificuldade que favorece a permanência e impenetrabilidade destes tipos de trabalho infantil. Entre eles, as difíceis condições de diagnóstico do número de crianças e adolescentes e das condições em que se encontram. As diversas pesquisas feitas revelaram aspectos importantes sobre o tipo de trabalho feito por meninos engajados no tráfico, por exemplo, que eles sobrevivem em meio a um clima de constante violência e competição.

Embora as informações auferidas tenham sido relevantes e significativas, elas ainda não permitiram a implementação de programas que de fato viessem a ter um impacto na estrutura que mantém as crianças ligadas a esse tipo de atividades. Enquanto as estruturas políticas, culturais, sociais e econômicas de diversas atividades ligadas à agricultura, à indústria e ao comércio podem ser desmascaradas e, com inteligência, desmontadas a ponto de se

quebrar as cadeias materiais e simbólicas que mantinham as crianças atreladas a elas. No caso das piores formas de trabalho infantil, tais estruturas se demonstram impenetráveis.

Elas parecem não estar em nenhum lugar, operam fantasmagoricamente, são bastante flexíveis e definitivamente protegidas, em muitos casos, pelos próprios explorados e por redes de poder e de corrupção que envolvem setores importantes da sociedade, em diversas instâncias locais, estaduais e federais. Mais ainda, o limite dessas estruturas não coincide com as fronteiras do país, estendendo-se através de redes de poder que levam às redes internacionais de contravenção.

O mesmo acontece com o problema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Em muitos casos, exploração sexual e tráfico de drogas estão juntos. Foram realizadas pesquisas, campanhas de prevenção e informação e visitas às famílias identificadas. Foram acionados fóruns, conselhos, fiscais, autoridades, foram feitos programas educativos e de geração de renda, mas o problema persiste e tende a manter-se invulnerável. Seriam necessários recursos permanentes e muito elevados para enfrentar tal fenômeno que se apresenta em muitas zonas turísticas do país (Salvador, Recife, Fortaleza, entre outras) e em zonas de fronteira (Argentina, Bolívia, Venezuela, Suriname, Paraguai, Brasil). A verdade é que os cartazes nos aviões e aeroportos, ainda que indiquem uma mobilização importante, não mudaram a consciência dos milhares de turistas que escolhem o Brasil para fazer turismo sexual.

A necessidade de fortalecer permanentemente as redes de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que têm feito parte destas discussões e programas, permanece vigente. A necessidade de realizar mais pesquisas, diagnósticos, estudos, levantamentos, permanece vigente. A urgência de pensar coletivamente, interinstitucional e participativamente o problema e as soluções, permanece vigente. A necessidade de alocar recursos, de financiar campanhas e de introduzir outras possibilidades de geração de renda que sejam sustentáveis em longo prazo, permanece vigente. O problema todo permanece vigente.

Assim como permanece vigente a urgência de aproveitar as experiências bem sucedidas em todas as áreas de atuação tocadas durante estes 10 anos e que de fato resgataram milhões de crianças do trabalho.

Analisando o conjunto dessas experiências bem sucedidas, fica em evidência o fato de que o trabalho infantil é tido, culturalmente, como uma estratégia de sobrevivência e de inserção social. Enquanto não seja onerosa, violenta, imoral, insalubre ou insegura, pode e é aceita por um grande contingente de pessoas que entendem ser necessário que a criança colabore com a economia familiar ou se mantenha ocupada em alguma coisa, ao invés de “perder o tempo”.

Portanto, não se pode negar que ainda persiste um discurso cultural que se tornou consenso na sociedade brasileira e que permeia as mais diversas camadas sociais. Tal discurso termina, ingenuamente, defendendo o trabalho infantil como solução para a pobreza, sem perceber seus efeitos negativos tanto para as crianças quanto para todo o país, na medida em que, antes de ser uma solução, esse trabalho é um fator perpetuador da exclusão social.

Dado o contexto cultural da sociedade brasileira, marcado por dificuldades históricas no campo das desigualdades sociais, não é mesmo simples ou óbvio defender o fim do trabalho infantil. O bom senso e o costume quase obrigam a pensar no trabalho como alternativa de ocupação para crianças e adolescentes. O processo de conscientização de que mesmo as formas leves de trabalho infantil trazem diversos danos para o desenvolvimento dessas crianças e intensificam a exploração econômica das classes mais desfavorecidas ainda está iniciando sua consolidação.

Pesa-se a isso o fato de que os danos a que são submetidos os trabalhadores infantis vão desde os imediatos — no sentido do prejuízo do seu desenvolvimento emocional, físico e social — até os de médio e longo prazo, como aqueles relacionados com sua alta probabilidade de ser uma pessoa com pouco acesso aos recursos financeiros ao longo de sua vida, por não ter tido acesso à educação e à capacitação vocacional.

Assim, os prejuízos do trabalho infantil não são somente incorporados e vividos pela criança que trabalha. Eles transcendem o espectro individual e se transformam em prejuízos coletivos, pois vão se refletir também no próprio



desenvolvimento da família, da comunidade e, finalmente, da sociedade como um todo, na medida em que os efeitos negativos vividos por cada indivíduo são assimilados sinergeticamente por toda a sociedade. A desigualdade vivida por cada criança trabalhadora, sua baixa auto-estima, sua perda de fé no coletivo, multiplicada por milhões de crianças na mesma situação, gera, do outro lado, uma sociedade desigual, individualista, preconceituosa, concentradora de riqueza, altamente vandalizada e, definitivamente, corrupta.

O destino natural de toda criança pobre, portanto, não é o trabalho. É a escola. No entanto, as pesquisas, os debates, fóruns e seminários feitos colocam um problema que é fundamental: para que a escola seja o meio pelo qual as crianças e adolescentes de escassos recursos vivam um processo de inclusão social que lhes permita o exercício da plena cidadania, é preciso ter uma escola acessível e de qualidade.

Não basta levar as crianças à escola. Estudos revelam que muitas delas abandonam a escola por considerá-la desinteressante. A distância entre a escola e a realidade das crianças é um tema a ser esclarecido. A necessidade de investimentos sérios na multiplicação de espaços escolares, na formação de professores, na qualificação dos recursos, na atualização constante de livros escolares, na introdução de novas tecnologias aplicadas à educação, no envolvimento da comunidade e na educação comunitária é uma prioridade fundamental do Brasil. Tanto quanto, a implementação da jornada ampliada, de mais atividades desportivas, culturais, recreativas, lúdicas e artísticas que levem riqueza simbólica à vida dessas crianças.

Isto sugere que a inclusão das crianças trabalhadoras não deve ser entendida somente no sentido econômico, pois a construção da cidadania passa por essa dimensão, mas continua na criação de valores e experiências que envolvem aspectos culturais, psicológicos e espirituais.

Talvez essa seja uma das perspectivas a ser incorporada aos programas do tipo bolsa-escola. Em si mesmos, esses programas tem levado à escola e retirado do trabalho milhões de crianças. Só isso já os torna um esforço social fenomenal que deve ser mantido e aprofundado. No entanto, esse esforço deve ser complementado com ações de melhoria da escola que possibilitem às crianças possibilidades plenas de inclusão no mundo simbólico a fim de que elas possam usufruir da riqueza cultural do Brasil e do mundo, como também tornar-se partícipes dessa própria produção de riqueza cultural. Ou a cidadania se tece no campo material e simbólico, ou ela estará sempre incompleta.

Um aspecto fundamental nesses dez anos de luta pela erradicação do trabalho infantil foi a participação de organismos da sociedade civil: os movimentos sindicais, as organizações de empregadores e as organizações não-governamentais. A presença de instituições desses três segmentos foi central em todos os momentos do processo vivido. Elas foram importantes na configuração inicial do IPEC no Brasil, na discussão das estratégias, planos e programas, na execução de projetos e na produção de conhecimento e de resultados concretos. Sem todas elas — já mencionadas reiterativamente no interior do livro — teria sido impossível ao IPEC contabilizar a consecução de tantos bons resultados.

O aspecto-chave com relação à presença de todas essas instituições no processo vivido relaciona-se ao valor da participação de diversos atores da sociedade no processo de confrontar problemas de caráter estrutural, como é o caso do trabalho infantil no país. Sem o compromisso e esforço permanente de tais instituições, sem o seu trabalho, nada teria sido alcançado.

Além do mero alcance de resultados quantitativos, a participação decidida destas organizações conferiu legitimidade a todo o processo. Mesmo porque a construção de um consenso social de repúdio ao trabalho infantil passa, como de fato aconteceu no caso do Brasil nesse decênio, pelo exercício da divergência, da disputa, da contradição e do incômodo. A vivência da participação na construção de um movimento social abrangente o suficiente para enfrentar o desafio da erradicação do trabalho infantil, num país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, passou por muitas encruzilhadas e becos sem saída. A heterogeneidade de interesses, perspectivas e sentidos foi — e ainda é — uma constante em todos os espaços de discussão que esta jornada utilizou no processo de implementação e desenvolvimento do IPEC.

Esse deve ser apreciado como um valor positivo no sentido em que permite perceber a possibilidade de construção de consenso num cenário heterogêneo, sem ter de recorrer ao uso da autoridade, da verticalidade, nem de prerrogativas unidirecionais. Nesse sentido, o Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil encarnou justamente o papel histórico que lhe correspondia, mesmo em meio a todos os conflitos e problemas que foram experimentados.

O Fórum tornou-se um palco para o exercício da participação cidadã em torno de um objetivo concreto: o combate ao trabalho infantil. A experiência do Fórum deixou em evidência a existência de redes de solidariedade formais e informais nas mais diversas frentes de luta, em um país até há pouco acostumado com a falta de diálogo social. Permitiu observar a importância da articulação social tanto no sentido vertical (federação, estados, regiões, municípios) como no horizontal (organizações sindicais, de empregadores, ONG's). Foi também importante como locus de discussão perante as mais diversas instâncias governamentais e internacionais na promoção de políticas públicas na área do trabalho infantil, bem como nas negociações políticas visando mudanças na legislação.

Resta continuar a pensar na sustentabilidade técnica e financeira de experiências como essa, a fim de evitar a excessiva dependência e seu desgaste institucional e político.

Outro ator fundamental em todo esse processo tem sido o conjunto dos Governos (Federal, Estaduais e Municipais), por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Assistência e Promoção Social, da Justiça e da Educação, do CONANDA, das secretarias e órgãos envolvidos com a questão do trabalho infantil, bem como o Congresso Nacional, por meio das Frentes Parlamentares de Defesa dos Direitos da Criança.

Nessa década, tanto as políticas públicas como os esforços financeiros deram um salto qualitativo que veio a ser fundamental na diminuição do trabalho infantil. O investimento dirigido a erradicar toda forma de trabalho infantil e a defender os direitos das crianças e adolescentes aumentou significativamente na última década em relação às décadas anteriores, e o grau de envolvimento dos mais diversos setores governamentais foi essencial. Vale lembrar que, ainda que as necessidades financeiras e políticas sejam sempre superiores às possibilidades das autoridades, deve-se reconhecer uma mudança importante por parte do Governo frente ao tema do trabalho infantil, tanto como a positividade de muitos dos programas empreendidos, em especial o Bolsa-Escola.

Sendo assim, o IPEC no Brasil foi um elemento catalisador da dinâmica social que girou entorno da luta pela erradicação do trabalho infantil. Ainda que não seja possível — nem desejável — estabelecer umnexo causal direto entre o trabalho realizado exclusivamente pelo IPEC e a diminuição dos índices gerais de trabalho infantil no Brasil, o Programa é reconhecido por seus pares nessa luta e se orgulha por ter estado presente, fazendo parte desse processo.





